

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	428	380	CIRCULANTE	82	57
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	115	68	Outras Obrigações.....	82	57
Créditos Tributários (Nota 9c).....	312	310	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.171	1.109
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e).....	1	2	Capital Social:		
NÃO CIRCULANTE	825	786	- De Domiciliados no País (Nota 6).....	3.150	3.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	825	786	Prejuízos Acumulados.....	(1.979)	(1.891)
Créditos Tributários (Nota 9c).....	769	726			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e).....	56	60			
TOTAL	1.253	1.166	TOTAL	1.253	1.166

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total		Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	2012	2011								
RECEITAS OPERACIONAIS	11	16	Eventos							
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7).....	11	15	Saldos em 31.12.2010	3.000	(1.825)	1.175				
Outras Receitas Operacionais.....	-	1	Prejuízo do Exercício.....	-	(66)	(66)				
DESPESAS OPERACIONAIS	144	116	Saldos em 31.12.2011	3.000	(1.891)	1.109				
Despesas Tributárias.....	1	2	Integralização de Capital Social.....	150	-	150				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8).....	143	114	Prejuízo do Exercício.....	-	(88)	(88)				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(133)	(100)	Saldos em 31.12.2012	3.150	(1.979)	1.171				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)	45	34								
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(88)	(66)								
Número de ações.....	6.815	6.000								
Prejuízo Líquido por ação em R\$.....	(12,90)	(10,95)								

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			2012	2011
	2012	2011			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(133)	(100)			
Ajustes ao Prejuízo Líquido Antes dos Impostos	(3)	(5)			
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(3)	(5)			
Prejuízo Ajustado	(136)	(105)			
Aumento em Outros Ativos.....	8	24			
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	25	(2)			
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(103)	(83)			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					
Aumento de Capital Social.....	150	-			
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	150	-			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	47	(83)			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	68	151			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	115	68			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	47	(83)			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
Prejuízo do Exercício	2012		2011		Prejuízo do Exercício
	(88)	(66)	(88)	(66)	
Total do Resultado Abrangente	(88)	(66)	(88)	(66)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais					
1) CONTEXTO OPERACIONAL					
A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e Companhias hipotecárias. A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.					
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.					
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis					
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.					
2.2) Moeda funcional e de apresentação					
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.					
2.3) Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.					
2.4) Ativos Financeiros					
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.					
a) Mensurados a valor justo por meio do resultado					
1 - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado					
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.					
2.5) Passivos Financeiros					
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.					
2.6) Determinação do valor justo					
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.					
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros					
a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado					
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável. A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa de futuras perdas reais.					
2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)					
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira <i>pro rata</i> . Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por <i>impairment</i> são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.					
2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais					
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:					
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;					
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;					
• Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e					
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.					
2.10) Patrimônio Líquido					
a) Lucro por ação					
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.					
b) Dividendos a pagar					
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.					
2.11) Reconhecimento da Receita					
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.					
a) Receitas Financeiras					
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de <i>hedge</i> que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data de que o direito em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.					
2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social					
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração. Conforme Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos reconhecidos.					
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS					
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.					
3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros					
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:					
Nível 1					
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.					
Nível 2					
Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.					
Nível 3					
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.					
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS					
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação de que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na nota explicativa: Nota 9d - Provisão de realização dos créditos tributários.					
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Disponibilidades em moeda nacional (1).....					
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....					
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa					
(1) Refere-se a depósito bancário à vista.					
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 112 (2011 - R\$ 60).					

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A.	28
BANCO INDUSVAL SA.....	11
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.....	4
PORTO SEGURO S/A.....	17
PROMOSEC CIA. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS.....	2

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 3.150, está totalmente subscrito e integralizado e é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo o valor por ação de R\$ 462,22.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	6.815	6.000
Total	6.815	6.000

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 02 de abril de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 150, elevando-o de R\$ 3.000 para R\$ 3.150, com emissão de 815 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 184,049079755 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

7) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	8	10
Juros Ativos	3	5
Total	11	15

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços de Terceiros	14	11
Editais e Publicações	116	89
Contribuição Sindical Patronal	3	3
Outras Gerais e Administrativas	10	11
Total	143	114

9) DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS ENCARGOS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)	(133)	(100)
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	45	34
Imposto de renda e contribuição social do exercício	45	34

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	8	-
Constituição/realização no exercício, sobre prejuízo e base negativa	37	34
Imposto de Renda e contribuição social do exercício	45	34

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	918	-	-	918
Outras provisões	20	28	20	28
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	938	28	20	946
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	98	37	-	135
Total dos créditos tributários	1.036	65	20	1.081

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
2013	229	82	-	-
2014	229	82	-	-
2015	229	83	-	-
2016	4	2	51	19
2017	4	2	48	17
Total	695	251	99	36

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 1.025 (2011 - R\$ 975) sendo R\$ 904 (2011 - R\$ 885) de diferenças temporárias e R\$ 121 (2011 - R\$ 90) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 57 (2011 - R\$ 62).

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	3	8	8	10

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da Companhia e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 25 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO CARTOES S.A.	28
BANCO INDUSVAL SA	11
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	4
PORTO SEGURO S/A	17
PROMOSEC CIA. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	2

Diário Oficial acesso gratuito



Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 36
São Paulo, terça-feira, 26 de fevereiro de 2013

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		2012	2011
	2012	2011		
CIRCULANTE	428	380		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	115	68	82	57
Créditos Tributários (Nota 9c)	312	310	1.171	1.109
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	0	0	0	0
NÃO CIRCULANTE	825	786	3.000	3.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	825	786	(1.979)	(1.891)
Créditos Tributários (Nota 9c)	769	726		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9e)	56	60		
TOTAL	1.253	1.166	1.253	1.166

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
RECEITAS OPERACIONAIS	11	16
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7)	11	15
Outras Receitas Operacionais	-	1
DESPESAS OPERACIONAIS	144	116
Despesas Tributárias	1	2
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	143	114
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(133)	(100)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)	45	34
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(88)	(66)
Número de ações	6.815	6.000
Prejuízo Líquido por ação em R\$	(12,90)	(10,95)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(133)	(100)
Ajustes ao Prejuízo Líquido Antes dos Impostos	(3)	(5)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(3)	(5)
Prejuízo Ajustado	(136)	(105)
Aumento em Outros Ativos	8	24
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	25	(2)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(103)	(83)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social	150	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	150	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	47	(83)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	68	151
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	115	68
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	47	(83)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Eventos			
Saldos em 31.12.2010	3.000	(1.825)	1.175
Prejuízo do Exercício	-	(66)	(66)
Saldos em 31.12.2011	3.000	(1.891)	1.109
Integralização de Capital Social	150	-	150
Prejuízo do Exercício	-	(88)	(88)
Saldos em 31.12.2012	3.150	(1.979)	1.171

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	%	2011	%
1 - RECEITAS	-	-	1	(1)
1.1) Outras Receitas	-	-	1	(1)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(140)	108,8	(111)	116,9
Serviços de Terceiros	(130)	100,9	(100)	105,3
Outros	(10)	7,9	(11)	11,6
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)	(140)	108,8	(111)	115,8
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(140)	108,8	(110)	115,8
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11	(8,8)	15	(15,8)
Receitas Financeiras	11	(8,8)	15	(15,8)
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(129)	100,0	(95)	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(129)	100,0	(95)	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(41)	32,0	(29)	30,5
8.2) Federais	(41)	32,0	(29)	30,5
8.2) Remuneração de Capitais Próprios	(88)	68,0	(66)	69,5
Prejuízos Retidos	(88)	68,0	(66)	69,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	2012		2011	
Prejuízo do Exercício		(88)		(66)
Total do Resultado Abrangente		(88)		(66)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e Companhias Hipotecárias. A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão das demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

O item incluído nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

1 - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerenciar esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados a valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

2) Passivos Financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e empréstimos de recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívida subordinadas.

2.3) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em preços de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos financeiros semelhantes. As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros avaliados a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo: qual metodologia usamos para revisar as taxas de inadimplência histórica e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações; Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica; (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Conseqüentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa de futuras perdas reais.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes e depois do pagamento de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do UGC aplicado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ao ou grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a um ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por impairment são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não há incerteza substancialmente certa, e pela contabilidade da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser abertas divulgadas em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisões contingentes;

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contendação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potencialmente diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação presente em controladas, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data de que o direito ao recebimento do pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na data do balanço do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração. Conforme Lei nº 11.941/09, em suas modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes e aplicáveis em dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de triagem, desenvolvimento, aferição e diagnóstico de riscos de mercado, instrumentos e procedimentos vigentes, exigido alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos de Nível 1 negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos; ou os outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a custos de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Nas estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou da não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, está incluída na nota explicativa.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1)	3	6
Fundos de Investimentos Financeiros (2)	112	53
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	115	68
(1) Referem-se a depósitos bancários à vista.		
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas e de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.		

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social de R\$ 3.150, está totalmente subscrito e integralizado e é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo o valor por ação de R\$ 462,22.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	6.815	6.000
Total	6.815	6.000

Liquidação Simples Extraordinária e Ordinária realizada em 02 de abril de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 150, elevando-o de R\$ 3.000 para R\$ 3.150, com emissão de 815 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 184,04090755 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

7) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	8	10
Juros Ativos	3	5
Total	11	15

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços de Terceiros	14	11
Edições e Publicações	116	89
Liquidação Sindical Patronal	10	23
Outras Gerais e Administrativas	1	

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2013	229	82	-	-	311
2014	229	82	-	-	311
2015	229	83	-	-	312
2016	4	2	51	19	76
2017	4	2	48	17	71
Total	695	251	99	36	1.081

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro de 2012		Em 31 de dezembro de 2011	
Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
3	8	8	10

11) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) A empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto relido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 57 (2011 - R\$ 82).

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, dos mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a investigações ao pessoal da Companhia e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menor segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

Osasco, 25 de fevereiro de 2013

Zenke Nakasako
Contador CRC 1SP 160769/O-0



Poder, sexo e intrigas entre as paredes do Vaticano.



Papa Bento XVI afasta o cardeal mais importante do Reino Unido, acusado de conduta 'imprópria' com outros padres.

Às vésperas da despedida do papa Bento XVI, um novo escândalo sexual agravou a crise na Igreja Católica e derubou ontem o cardeal mais importante do Reino Unido. O escocês Keith O'Brien, de 74 anos, renunciou um dia depois de negar acusações de "comportamento impróprio" com outros padres.

No domingo, o jornal britânico *The Observer* revelou que três sacerdotes e um ex-padre o acusaram de assediá-los durante a década de 1980.

Um deles, hoje casado, relatou ao diário que sofreu assédio sexual na época em que era seminarista. O'Brien era seu "diretor espiritual" e o submeteu a abordagens "impróprias" após suas orações noturnas.

O cardeal negou os relatos, mas afirmou, em nota, que pede desculpas por suas "falhas" a "todos a quem ofendeu".

O'Brien disse ter apresentado sua renúncia ao posto de arcebispo de St. Andrews e Edimburgo por motivos de idade. No entanto, ele deixou claro que só pretendia sair após seu aniversário de 75 anos, no próximo dia 17, e informou que a decisão de afastá-lo antes foi tomada ontem pelo próprio papa.

O único cardeal-eleitor do Reino Unido buscou se mostrar de acordo com a decisão de excluir-lo do conclave.

"Não quero que as atenções da mídia em Roma fiquem focadas em mim, e assim no papa Bento XVI e no sucessor", disse.

Em comunicado, o Vaticano não fez referência às acusações, mas confirmou que o cardeal pediu afastamento por sua idade avançada.

A saída de O'Brien ocorre em um momento em que o Vaticano resiste aos apelos de alguns católicos para impedir a participação no conclave de outros cardeais acusados de envolvimento em escândalos sexuais, como o norte-americano Roger Mahony.

Conclave - Ainda ontem, o papa Bento XVI mudou as regras do conclave que vai eleger seu sucessor, o que significa que ele poderá começar antes do dia 15 de março.

O pontífice também decidiu que a investigação sobre o vazamento de documentos secretos da Santa Sé, conhecido como "Vatileaks" não será compartilhada com os cardeais antes do conclave e ficará "exclusivamente à disposição do novo papa". (Agências)

Reuters - 09/09/10



Arcebispo de St. Andrews e Edimburgo, O'Brien era o único representante britânico que participaria do conclave para eleger o sucessor do papa.

ITÁLIA ENROLADA EM APUROS

O protesto eleitoral de muitos italianos enfurecidos com as dificuldades econômicas e com a corrupção empurrava ontem o país a um impasse pós-eleitoral, já que os resultados indicam que nenhuma coalizão terá força suficiente para formar um novo governo. Diante da vitória apertada da centro-esquerda, a coalizão de centro-direita do ex-premiê Silvio Berlusconi pediu às autoridades que não declarem um ganhador no pleito.

Com 99,9% das urnas apuradas, a centro-esquerda liderava a centro-direita por cerca de 125 mil votos na Câmara Baixa e irá conquistar maioria na Casa, informou o Ministério do Interior.

Mas o Senado era uma história diferente. A centro-esquerda ganhará mais assentos do que a centro-direita, mas ficou aquém de uma maioria. Esse é o oposto do resultado estável do qual a Itália precisa para combater a recessão.

O ex-ministro de Justiça Angelino Alfano, secretário do Povo da Liberdade (PDL), partido de Berlusconi, assegurou que os resultados que chegam quase a 100% do apurado na Itália são apenas "oficiais" e "sujei-



tos inevitavelmente a uma margem de erro".

"Nestas condições, como ocorre nos Estados Unidos, a autoridade que se encarrega da divulgação dos dados oficio-

tos não pode fazer outra coisa que declarar o 'too close to call', ou seja, a impossibilidade de declarar o vencedor considerando a diferença irrisória de votos em nível de percentagem e em

termos absolutos", declarou.

Neste sentido, Alfano ressaltou que só as sedes sociais das circunscrições e o Tribunal Supremo "podem calcular com certeza... a coalizão que obteve de forma efetiva o maior número de votos".

Reviravolta - Berlusconi surpreendeu graças às suas promessas populistas e aos ataques à austeridade, pela qual culpa a "hegemonia alemã". O segundo posto alcançado ontem é atribuído pelos analistas em parte às promessas de "Il Cavaliere" de devolver aos contribuintes o imposto sobre o primeiro imóvel e de criar quatro milhões de empregos.

O segredo do ex-premiê de 76 anos consistiu em aparições na TV, onde ofereceu uma imagem distante daquela do "bunga bunga", as festas eróticas realizadas em suas mansões.

Consciente que sua imagem pública se viu prejudicada por aspectos de sua vida privada, como o chamado caso "Ruby", no qual é acusado de incitação à prostituição de menores, Berlusconi se desfez de qualquer detalhe que pudesse lhe relacionar com mulheres e até a sua namorada, Francesca Pascale, de 28 anos, foi afastada da campanha. (Agências)

Malvinas: proteção nuclear.

A Argentina acusou ontem o Reino Unido de transportar armamento nuclear às Ilhas Malvinas e violar, assim, tratados internacionais. A acusação foi feita após o envio de um navio de guerra britânico ao arquipélago (chamado de Falklands pelos britânicos), a pouco menos de um mês do referendo que decidirá se o território disputado continuará sendo parte do Reino Unido.

O representante argentino na Conferência de Desarmamento da Organização das Nações Unidas (ONU), Eduardo Zuain, disse que os britânicos enviam as armas nucleares em submarinos. Ele acusou o Reino Unido de violar o tratado de Tlatelco, de 1969, que proíbe bombas atômicas na América Latina.

Além disso, Zuain criticou o fato de que as ilhas estejam entre os territórios mais militarizados do mundo, com mais de 1,5 mil soldados britânicos e uma população civil de 3 mil.

"Tal desdobramento inclui a presença de um poderoso grupo naval, aviões de combate, um importante centro de comando e controle, e uma base de inteligência eletrônica", afirmou o diplomata.

Já Londres afirmou que o navio destina-se a "dar apoio ao Reino Unido e a seus sócios em todo o mundo". O HMS Argyle partiu no último dia 18 em direção às ilhas e estará no local nos dias 10 e 11 de março, quando os "kelpers" (moradores das Falklands) irão às urnas. (Agências)